

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Natália Augusta Barros de Lima¹, Fernanda Fernandes de Araújo², Amanda da Silva Oliveira³, Kalyane Kelly Duarte de Oliveira⁴, Magda Fabiana do Amaral Pereira Lima⁵

1-5 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

natalia20240014563@alu.uern.br

Introdução: A saúde sexual e reprodutiva constitui um direito humano fundamental e deve ser assegurada de forma universal, integral e equitativa, incluindo as mulheres com deficiência, grupo historicamente submetido à exclusão social, à invisibilidade e a diversas barreiras no acesso aos serviços de saúde. No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), persistem obstáculos físicos, comunicacionais, institucionais e atitudinais que comprometem a qualidade da assistência e limitam o exercício pleno dos direitos sexuais e reprodutivos dessa população. Tais barreiras refletem desigualdades estruturais e reforçam situações de vulnerabilidade e discriminação.

Objetivo: Refletir sobre a saúde sexual e reprodutiva de mulheres com deficiência no âmbito da APS. **Metodologia:** Trata-se de uma reflexão teórica fundamentada em documentos do Ministério da Saúde, do Fundo de População das Nações Unidas e em produções científicas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, à saúde da mulher, à equidade em saúde e à atenção à pessoa com deficiência. **Resultados:** Observa-se que mulheres com deficiência apresentam maior vulnerabilidade à violação de direitos e ao acesso limitado às ações e serviços de saúde. Entre os principais entraves identificados estão a inadequação estrutural das unidades, a insuficiência de recursos de acessibilidade, a limitada qualificação profissional e a presença de atitudes discriminatórias durante o cuidado. Além disso, concepções capacitistas relacionadas à sexualidade, ao desejo reprodutivo e à maternidade dessas mulheres contribuem para sua invisibilidade nos serviços, dificultando o acesso ao planejamento reprodutivo, à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, ao rastreamento ginecológico e ao acompanhamento pré-natal. Em contrapartida, a APS apresenta potencial para promover acolhimento, escuta qualificada, educação em saúde, aconselhamento contraceptivo e acompanhamento longitudinal, considerando autonomia, consentimento e singularidades dessas mulheres. **Conclusão:** Conclui-se que a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres com deficiência requer o fortalecimento de políticas públicas, a ampliação da acessibilidade e a qualificação permanente das equipes da APS. A superação do capacitismo e das desigualdades estruturais é indispensável para a consolidação de um cuidado integral, equânime e comprometido com a dignidade, a autonomia e o protagonismo dessas mulheres.





Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Mulheres com Deficiência.

Área Temática: Equidade e determinantes sociais em saúde.

